



GESTÃO DEMOCRÁTICA E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UMA INVESTIGAÇÃO A PARTIR DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PROFESSORES DA ESCOLA RUI BARBOSA

Eixo-temático: Política e gestão educacional

Marcella Thaianne de Lima Silva
Universidade Federal de Pernambuco-UFPE
marcellalimas2@gmail.com

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar as representações sociais de professores sobre o projeto político pedagógico da Escola Rui Barbosa, localizada em um bairro popular da Cidade do Recife, Pernambuco, a partir da perspectiva da gestão democrática. Para embasamento teórico-metodológico deste trabalho, foram utilizadas definições de representação social, gestão democrática e políticas públicas, além da análise do referido projeto. As representações são elaboradas e partilhadas nas relações e constituem formas de interpretação da realidade, significados que os indivíduos atribuem aos objetos e eventos. Já a gestão democrática e as políticas públicas são apresentadas no contexto de elaboração das políticas sociais, resultantes de um conjunto de fatores, como as demandas da população, próprias de cada época. Assim, desde o final dos anos 1980, as políticas educacionais caracterizavam-se por um discurso permeado pela consolidação de um ambiente escolar mais democrático. No tocante ao projeto político pedagógico, este é tomado como um processo coletivo de investigação pedagógica, como situação de estudo e como um processo de desenvolvimento profissional, que deve ser construído criticamente. Este estudo é de natureza qualitativa, abordagem que melhor lida com crenças, valores e significados que os sujeitos atribuem a objetos ou eventos, e tem como corpus documental entrevistas realizadas com quatro docentes da Escola Rui Barbosa, analisadas a partir da técnica de análise de conteúdo de Bardin. O grupo pesquisado sinalizou representações sociais positivas sobre o projeto político pedagógico da escola na perspectiva da gestão democrática.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico. Representações Sociais. Gestão democrática.

1 – INTRODUÇÃO

O presente artigo resulta de uma breve experiência de pesquisa que busca responder a seguinte questão: quais as representações sociais de professores sobre o projeto político pedagógico, na perspectiva da gestão democrática? Para respondê-la, utilizou-se como cenário



de estudo a Escola Municipal Rui Barbosa, localizada em um bairro popular da Cidade do Recife, Pernambuco. Importante destacar que, neste trabalho, a referida escola é apresentada com nome fictício e que tem sido nosso do campo de investigação e de atuação pedagógica desde as primeiras incursões acadêmicas, realizadas durante a formação em Pedagogia.

Optou-se por realizar esse estudo à luz da teoria das representações sociais, uma vez que o projeto político pedagógico é um instrumento normativo diretivo que permeia o universo dos profissionais da escola. Para fazer uso dessa teoria, utilizou-se como base teórico-metodológica a abordagem original da teoria proposta por Serge Moscovici (1978), contemplando três pilares: representações sociais, gestão democrática e políticas públicas e projeto político pedagógico.

A investigação do qual decorre este trabalho é de natureza qualitativa, abordagem que melhor lida com crenças, valores e significados que os sujeitos atribuem a objetos ou eventos. Para Minayo (1994), essa abordagem trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes dos sujeitos. Assim, vale salientar que o projeto político pedagógico da Escola analisada foi sistematizado com a participação do corpo docente, direção da unidade escolar e equipe técnica. Aprovado em assembleia ordinária do Conselho Escolar, que contou com a participação de alunos, seus responsáveis e demais membros da comunidade, possibilitando verificar a representação e a representatividade desses diversos autores no universo de símbolos e significados no qual está inserido este projeto. Sua finalidade, segundo a Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é consolidar uma proposta de ensino comprometida com a qualidade, a ética e os direitos humanos do aluno-cidadão, além dos princípios democráticos em consonância com objetivos da Secretaria Municipal de Educação.

É nesse contexto, que pretende-se compreender as representações sociais dos professores da Escola Rui Barbosa sobre o projeto político pedagógico da instituição, sob o aspecto da gestão democrática, analisando a efetividade desse projeto no cotidiano escolar, contribuindo, dessa forma, para ampliar a compreensão de facetas ainda não abordadas sobre o projeto político pedagógico e a gestão democrática no dia-a-dia da escola. O "dar voz ao professor" constitui-se uma dessas facetas e destaca a importância desse trabalho para a área da educação, pois possibilitará identificar o que esses profissionais pensam sobre o tema, a partir da análise do seu discurso. A relevância dessa pesquisa ultrapassa sua atualidade



temática e contribuirá, indubitavelmente, com novas reflexões que serão realizadas tanto em espaços acadêmicos, quanto nas escolas.

A necessidade de compreender os mecanismos que orientam a atuação de uma equipe de gestão escolar levou a realizar um levantamento, no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, da produção acadêmica sobre o tema, entre os anos de 2011 e 2013. Foram localizados vinte e quatro estudos sobre gestão democrática, sendo que poucos tomaram como referência a teoria das representações sociais e/ou o projeto político pedagógico. Convém destacar que a maioria dessas produções elegeu como objeto de pesquisa os conselhos escolares. Assim, o presente trabalho preenche uma lacuna na produção acadêmica sobre o assunto, tendo como ponto forte a possibilidade de dar voz ao professor.

2 - DESENVOLVIMENTO

Em 1961, Serge Moscovici apresentou a primeira versão da Teoria das Representações Sociais na obra *La psycanalise: son image et son public*. Estas representações são elaboradas e partilhadas nas relações e constituem formas de interpretação da realidade, significados que os indivíduos atribuem aos objetos e eventos. Para entender como o homem constrói sua realidade, Moscovici redimensionou conceitos clássicos da psicologia social, mostrando que representações sociais são entendidas como uma forma do conhecimento do senso comum, que revelam marcas tanto do sujeito, quanto do objeto, ambos inscritos social e historicamente. Considerou, ainda, que não existe uma cisão entre o universo exterior e interior.

O autor advoga que “quando o sujeito exprime suas opiniões e atitudes sobre um objeto, ele já reformulou uma representação sobre este objeto” (MOSCOVICI, 1978). Quanto ao funcionamento das representações, o autor identifica dois processos: objetivação e ancoragem. Através do primeiro, construímos o conhecimento de algo novo, o meio pelo qual um conceito ou noção abstrata ganha forma. Já por meio da ancoragem, damos sentido a esse novo, que se naturalizou cognitivamente e se apresenta como compreensível alocado em nossas estruturas cognitivas.



Representar não significa reproduzir ou duplicar, significa muito mais que isso, quer dizer reconstruir. Representar é participar ativamente da construção da sociedade e de si dando sentido próprio ao objeto. (MACHADO & ANICETO, 2010).

Nessa perspectiva não há como dicotomizar a relação sujeito-objeto, pois o conhecimento seja ele científico ou não, resulta de interações sociais, delineadas por lógicas racionais, emocionais e afetivas. A representação social é um fenômeno e um objeto específico do conhecimento, assim como é a educação, campo fértil em interações sociais, por isso, é viável para tais discussões. Machado e Freire (2012), com base em Abric, afirmam que a representação social é um guia para a ação, orientadora das ações e relações sociais. Consiste num sistema de pré-decodificação da realidade que determina antecipações e expectativas do sujeito para com a realidade que lhe cerca.

Os estudos e pesquisas que lançam mão das representações sociais buscam compreender os fenômenos construídos e revelados pelas ideias comuns, expressas nas relações, o saber do senso comum. São investigações fundamentadas na análise das relações sociais que constituem e são constituintes desses saberes.

Em uma aproximação desses conteúdos com os estudos sobre projeto político pedagógico, podemos mensurar como é complexa esta categoria. Sobre esse instrumento de gestão democrática, muitos autores se debruçaram. A educação por muitos anos foi toda organizada pelo poder das classes dominantes, sendo ela, na maioria das vezes, dominada pelas regiões consideradas mais desenvolvidas, Sul e Sudeste, por exemplo. Assim, os conteúdos dos livros e a organização do projeto político pedagógico, eram tratados de forma hegemônica, deixando às escolas um papel de passividade nesse contexto.

No entanto, com o passar dos anos, dentre outros aspectos, uma das efetivas conquistas que as forças progressistas conseguiram registrar, na Constituição de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases de 1996, foi a gestão democrática do ensino público como um dos princípios em que deve se assentar a educação nacional (AZEVEDO, 2004). Nesse cenário, a realidade local passou a se tornar chave para a organização do projeto político pedagógico, pois para a efetivação de uma gestão democrática tornava-se fundamental considerar a relação da comunidade escolar e seu entorno, pois conforme Azevedo,

O processo de construção e implementação do projeto político-pedagógico, como um instrumento de gestão democrática, para não cair num vazio, não



pode prescindir da participação ativa dos atores locais: a comunidade escolar, através de práticas que considerem e se adaptem às especificidades de cada escola e à sua cultura, manifestas nos ritos e práticas, e na consideração da origem dos mesmos (AZEVEDO, 2004).

Destarte, o projeto político pedagógico possibilita fazer a ligação entre o geral e o particular, permitindo que os participantes do contexto escolar reconheçam-se sujeitos desse processo, respeitando a gestão democrática mencionada na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases de 1996.

Santiago (2012) apresenta o projeto político pedagógico como processo de aproximações sucessivas entre: (1) a prática pedagógica que se realiza na escola e o que se pensa sobre educação, sobre o ensino, sobre os conteúdos do ensino e os estudantes; (2) a ideia que se tem da tarefa social da escola e o trabalho que nela se realiza; (3) as intenções de trabalho na escola e os resultados escolares nela produzidos. Nessa perspectiva, a autora advoga que os profissionais da educação assumam o projeto político pedagógico como um processo coletivo de investigação pedagógica, como situação de estudo e como um processo de desenvolvimento profissional que se realize numa perspectiva crítica.

Investigando as concepções antagônicas de projeto político pedagógico e do Plano de Desenvolvimento da Escola, Fonseca (2003) situa o projeto político pedagógico como uma proposta que incentiva a escola a traçar seu próprio caminho educativo. Salientando que essa proposta foi incluída no inciso I do artigo 13 da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, percebeu uma divisão do trabalho escolar que se aproxima da racionalidade taylorista, separando quem decide de quem executa, além de fragmentar as ações em projetos desprovidos de sentido político.

Realizando uma incursão na literatura sobre gestão democrática e políticas públicas, nos estudos de Marques e Maranhão (2014), apresentam o contexto de surgimento das políticas públicas enquanto políticas sociais, a partir de um conjunto de fatores que envolvem as demandas sociais e diferentes forças vigentes em cada época. Assim, no final dos anos 1980, essas políticas estavam revestidas de um discurso que pregava a consolidação de um ambiente escolar mais democrático.

Na esteira dessa discussão, passaram a fazer parte do ambiente escolar princípios como autonomia, participação, descentralização financeira, formação continuada, parcerias,



entre outros, encontrados nas normatizações referentes ao sistema educacional brasileiro. Desse modo, o projeto político pedagógico é concebido como um dos instrumentos para efetivação desses ideais na comunidade escolar. Para as autoras supracitadas, as políticas públicas em educação delineiam aspectos acerca do funcionamento, estrutura administrativa, e outros pontos necessários ao sistema educacional. Assim, a gestão democrática configura-se como uma política pública inexoravelmente imbricada à administração escolar e educacional.

Segundo Freitas (2000), no contexto da década de 1980, novas políticas públicas, sob o efeito do espírito neoliberal, passaram a conceber o espaço escolar de modo mais democrático, ocasionando mudanças na política da administração da educação brasileira, passando o Estado a incentivar a coexistência de várias formas de gerenciamento escolar que fossem mais democráticos. A autora ainda tece considerações sobre a relação existente entre qualidade e participação no ambiente escolar. Menciona que essa qualidade engloba questões políticas internas e externas à escola e que vislumbram à redução de gastos no processo educacional. Dessa maneira, os desencontros educacionais tem sido atribuídos a maior ou menor participação da comunidade escolar. Tal estratégia tenta mascarar a responsabilidade política educacional do Estado.

De acordo com Arruda e Nóbrega (2013), o cenário dos anos 1990 é profundamente delineado por formas mais flexíveis de gestão e planejamento. Nesse contexto, as propostas de descentralização administrativa ganharam cada vez mais destaque no cenário político, influenciando, inclusive, a área de educação, como se pode ver no artigo 14 da LDB/96, que trata acerca da gestão democrática:

Art 14 “os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I- participação dos profissionais de educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola; II- participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”. Assim, conceber esses aparatos jurídicos como instrumentos vivos das políticas educacionais, torna-os aliados nas lutas pela democratização no espaço escolar (LDB/1996).

Dessa forma, quando analisadas sob um cenário histórico, a relação entre política e legislação acabou sendo um meio de reconhecer os processos de implementação onde a



normatização é considerada decisiva para colocar em execução as políticas educacionais. As leis acima mencionadas expressam intenções e ações do poder público com a educação.

Na esteira dessa discussão, e, considerando o que está posto na atual Lei de Diretrizes e Bases de 1996 sobre gestão democrática, a construção coletiva do projeto político pedagógico, envolvendo professores, estudantes, funcionários, pais e comunidade é um aprendizado da gestão democrática e participativa. Pois, a democratização implica, portanto, compreender a cultura da escola e dos seus processos, bem como articulá-los com as relações sociais mais amplas.

Nesse contexto, a gestão democrática contribui para democratizar as instituições e as práticas sociais. Assim, reitera-se que a partir dos anos de 1990 ocorreu a consolidação de um processo de reforma do Estado e da gestão, centrado na minimização do papel do Estado no tocante às políticas públicas. Na área educacional, além de vários dispositivos legais na esfera federal, nos estados e municípios, se multiplicaram decretos e portarias inspiradas em conceitos e práticas importadas da gerência empresarial.

Utilizando esse arcabouço teórico, optou-se por realizar um trabalho de natureza qualitativa, abordagem que, segundo Minayo (1994), trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes dos sujeitos, relacionadas a objetos ou eventos. Pesquisas dessa natureza envolvem a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto com o pesquisador, os quais são demandados pela situação estudada. Essa abordagem se preocupa em retratar as perspectivas dos participantes, exigindo, por isso, atenção por parte do pesquisador para apreender os significados que os sujeitos atribuem aos fatos que ocorrem em campo.

Nessa perspectiva, foi selecionada como campo de pesquisa a Escola Municipal Rui Barbosa, situada em um bairro popular que pertence à RPA – 04, Região Política Administrativa do município de Recife, Pernambuco. No seu entorno existem um cemitério, uma borracharia, estabelecimentos comerciais e uma avenida bastante movimentada. A rua de acesso à escola não é saneada e não possui calçamento, porém, trata-se de uma escola de fácil acesso, pois fica próxima à universidade. A instituição atende alunos nos níveis e modalidades de educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos.

A escola funciona nos três turnos, manhã, tarde e noite. Sua infraestrutura comporta laboratório de informática, sala de leitura, sala de recursos multifuncionais, secretaria, cantina, três banheiros e cinco salas de aula, distribuídas em um largo corredor repleto de



armários, que guardam com segurança os materiais de alunos e professores. O ambiente é bastante empoeirado devido ao não revestimento do teto.

Para realizar este estudo, entrou-se em contato com a equipe gestora, explicitando os objetivos da pesquisa. Após o primeiro contato, foram realizadas entrevistas com o corpo docente. No geral, não houve resistência, todos os entrevistados se dispuseram a colaborar com o estudo. Realizamos, assim, entrevistas com quatro docentes. A entrevista é um instrumento coerente com este estudo, pois, como advoga Moscovici (1978), nas conversações são veiculados valores que permitem ao pesquisador aproximar-se de objetos simbólicos, como as representações sociais. O roteiro de entrevista contemplou aspectos relacionados ao projeto político pedagógico, possibilidades da efetivação do mesmo no cotidiano escolar.

De acordo com Alves-Mazzotti e Gewandszajder (1999), por seu caráter interativo, as entrevistas permitem tratar de temas complexos que não seriam investigados adequadamente através de questionários, explorando-os em profundidade. Assim, ao recorrer a entrevistas, o pesquisador é capaz de melhor apreender o significado atribuído pelos sujeitos sobre um determinado tema.

Para apresentar os resultados das entrevistas, elaborou-se um quadro que caracteriza os sujeitos, informando sua formação acadêmica, idade, tempo de docência e turma em que atuam. Todas as entrevistas foram feitas com professoras, mulheres, que possuem mais de dez anos de docência, identificadas por nomes fictícios. Todas possuem formação em pedagogia e três delas possuem cursos de pós-graduação. Destacamos que o corpo docente da referida Escola, por se tratar de uma instituição de pequeno porte, compõe-se de cinco professoras no turno da manhã.

Quadro 1: Caracterização do grupo pesquisado

Professora	Formação acadêmica	Idade	Tempo na docência	Turma que leciona
Luísa	Pedagogia e Pós-graduação em Psicopedagogia	40	12	3º ano
Bruna	Pedagogia e Pós-graduação em Educação Infantil	50	20	4º ano
	Pedagogia e			



Raquel	Pós-graduação em Educação Infantil	45	15	5º ano
Angelina	Pedagogia	38	10	2º ano

Fonte: A autora

Ao longo das entrevistas foram feitos questionamentos às professoras sobre projeto político pedagógico enquanto instrumento de gestão democrática. Para a análise de suas respostas, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo de Bardin (1997). O emprego da referida técnica permitiu apreender as regularidades dos discursos e o posterior agrupamento em categorias. Assim, após a leitura da transcrição dos depoimentos, chegou-se às seguintes categorias: *o projeto político pedagógico no universo consensual das professoras e o projeto político pedagógico no cotidiano escolar*. Essas categorias sinalizam para o leitor uma saliência da representação social que é positiva para com a proposta pedagógica da escola por parte dos docentes que atuam no local.

No universo consensual das professoras entrevistadas são partilhados sentimentos interpretações e significados para com o projeto político pedagógico da escola. Em suas falas ganharam destaque os seguintes trechos “o projeto político pedagógico é a oportunidade do professor interferir na escola de forma pedagógica visando a uma adequação com as políticas públicas da educação”, segundo a professora Luisa. Já em seu relato, a professora Bruna diz que “o projeto político pedagógico é a alma da escola, onde se tem tudo aquilo que a escola planeja, suas intenções do corpo pedagógico e comunidade, ou seja, procura efetivar as demandas do social como forma de efetivação de direitos do público que a escola atende. Então, nada se faz sem o PPP”. Afirma a professora Raquel: “o Projeto político pedagógico na minha concepção tem dois extremos. Porque o grupo escolar pode parar, sentar junto com a comunidade, ver as demandas, traçar metas para que seja materializado na prática. Então, é a identidade da escola”. Na visão da professora Angelina, o projeto político pedagógico:

É uma ferramenta de fundamental importância numa instituição educativa, pois através desse a escola se organiza melhor, no sentido de estipular metas, responder as anseios da sociedade por meio de projetos educacionais, e poder materializar na prática aquilo que se planejou e que está posto nas políticas. Assim, pautados no projeto político pedagógico, desenvolvemos



objetivos, ações de melhoria, em função dessas metas delineadas no documento referido.

Os depoimentos revelam que as professoras reconhecem o projeto político pedagógico com um instrumento para efetivação da gestão democrática e materialização do que está posto nas políticas educacionais. Deste modo, todos os que compõem a equipe de professores falam a mesma linguagem, e lutam pelos mesmos valores, através de metas e ações. Os dados coletados corroboram o que afirma Santiago (2012), que em seus estudos destaca o projeto político pedagógico como processo de aproximações sucessivas entre (1) a prática pedagógica que se realiza na escola e o que se pensa sobre educação, sobre o ensino, sobre os conteúdos do ensino e os estudantes; (2) a ideia que se tem da tarefa social da escola e o trabalho que nela se realiza; (3) as intenções de trabalho na escola e os resultados escolares nela produzidos.

Em paralelo, concebem esse documento também como um instrumento que responde às demandas sociais, através das metas que são traçadas por toda equipe pedagógica de forma democrática. Nos depoimentos dos sujeitos foi perceptível uma aproximação entre o que discursa Marques e Maranhão (2014) sobre gestão democrática ao pontuarem princípios como autonomia, participação, descentralização financeira, formação continuada, parcerias, entre outros, encontrados nas normatizações referentes ao sistema educacional brasileiro. Portanto, as professoras reconhecem que é através do projeto político pedagógico que se busca constituir o coletivo. Nesse contexto, é perceptível nas falas das educadoras sinais de uma descentralização administrativa já presente desde os anos 1990, bem como a presença de princípios legais presentes na atual Lei de Diretrizes e Bases de 1996.

Já a segunda categoria intitulada *projeto político pedagógico no cotidiano escolar* sintetiza as concepções que as docentes trazem sobre até que ponto as ações que se desenvolvem na escola são respaldadas pelo projeto pedagógico. Sobre esse assunto a professora Luisa revelou acreditar que o “projeto político pedagógico dessa escola tem contribuído sim para gestão democrática, pois a equipe gestora mostra-se perto dos docentes, buscando sempre melhorar a prática, bem como os índices escolares e acompanhamento dos programas e políticas que nos deparamos no chão da escola”. Opinião complementada pela professora Bruna que afirma: “na escola sinto clima de democracia e efetivação do que se planeja”. Por fim, a professora Raquel entende que “o projeto político pedagógico é um



grande avanço para que se tenha uma gestão de fato democrática” e a professora Angelina que “o projeto político pedagógico é uma grande ferramenta para que se materializem as ações no chão da escola. A rotina que temos aqui incorpora o que está posto no documento. Questões voltadas para inclusão do aluno, sala de recursos multifuncionais, zelar pela coletividade, acompanhamento do trabalho pedagógico, entre outros”.

Do dito pelas docentes sobre esse documento pode-se depreender uma saliência de representação social positiva e coerente com os princípios e funções do projeto político pedagógico na instituição. Entende-se saliência como a alta frequência ou presença de menções positivas ao projeto da escola e sua função no contexto social democrático. Verificou-se ainda que o projeto político pedagógico foi tomado como um instrumento que guia as ações da práxis pedagógica.

Em relação aos elementos do cotidiano escolar e sua estreita ligação com o projeto político pedagógico, notou-se que as profissionais de educação da escola pesquisada reconhecem a importância do documento para respaldar todas as ações que são desenvolvidas e concebem o mesmo como uma forma de efetivação de gestão democrática. Como elementos do cotidiano que sinalizam o projeto político pedagógico na prática, as docentes referem-se às “aulas extra-classe, reunião com pais e responsáveis, reuniões pedagógicas, palestras com parceiros da escola, nos programas de formação, nos projetos interdisciplinares, entre outros”, fala da professora Luisa. A professora Bruna diz que “Aqui na escola dentro de todos os projetos que são coletivamente planejados, tem-se como princípio a inclusão. Inclusão de alunos, pais, funcionários, equipe como um todo. Isso está posto no nosso projeto político pedagógico. A pedagogia de projetos é explícita. questão de gênero também é outro ponto trabalhado e que se compartilha aqui na escola”.

“A entrada dos alunos feita em forma de bom dia coletivo expressa uma das metas no projeto político pedagógico da escola. Porque uma de nossas metas aqui é a integração das turmas, todos no mesmo espaço, então as salas de aula não são ilhas isoladas”, informa a professora Raquel. Na concepção da professora Angelina a relação entre o ppp e o dia-a-dia da escola se apresenta nas “reuniões coletivas com pais e mestres sob supervisão da gestão, trabalho coletivo expresso através da pedagogia de projetos. Então, não temos um trabalho isolado. A descentralização é a palavra norteadora do nosso trabalho, isso está posto no projeto pedagógico como uma intenção de trabalho da escola.”



Os depoimentos acima sinalizam que para essas docentes o projeto político pedagógico, em consonância com os ideais de gestão democrática tem se efetivado nas ações desenvolvidas pela escola, através de atividades coletivas que ensejam uma participação de todos da comunidade escolar, incluindo pais, gestora, professoras, alunos, demais funcionários e outros parceiros que colaboram com a instituição educativa. Assim, os ideais neoliberais tem influenciado a dinâmica escolar pautada em princípios de gestão democrática e participação coletiva.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resposta aos objetivos dessa pesquisa, pode-se considerar que o presente trabalho apresentou indicativos do que esse grupo de professoras espera/pensa do projeto pedagógico da instituição e das políticas públicas em particular. Desse modo, o grupo pesquisado sinalizou representações sociais positivas sobre o projeto político pedagógico da escola na perspectiva da gestão democrática.

Conforme constatado nas entrevistas, as docentes revelaram representações bastante promissoras para com o projeto pedagógico na perspectiva da gestão democrática. Os trechos das entrevistas salientam para o público leitor, uma rotina escolar pautada no coletivo, permeada por autonomia, participação e descentralização.

Assim, apresentou-se ao longo desse trabalho reflexões sobre o projeto político pedagógico na visão de professoras de uma escola municipal de Recife, a partir da análise das entrevistas feitas com essas docentes. Espera-se que as informações tecidas ao longo dessa produção acadêmica auxiliem o leitor a compreender a importância do projeto político pedagógico no ambiente escolar, bem como dar voz ao docente no seu ambiente de trabalho. Convém salientar que no discurso dessas professoras, o projeto político pedagógico tem se efetivado nas práticas da escola.

No tocante à literatura sobre o tema em questão, reitera-se que gestão democrática vem sendo um assunto bem estudado nos últimos anos, porém há uma ausência de trabalhos científicos que retratam a perspectiva de professores. Os achados dessa pesquisa sugerem a necessidade de verticalizar mais os estudos sobre o projeto político pedagógico e sua relação



com a gestão democrática e políticas públicas, pois conforme visto na revisão de literatura, pouco se tem estudado sobre o projeto político pedagógico com esse foco.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, J. M. L. . O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar. *Jornal do Professor, Home Page da TVE*, v. 1, n.1, p. 1-5, 2004.
- ARRUDA, A. L. B; NOBREGA, C. L. Planejamento educacional e a modernização da gestão educacional : alguns apontamentos. **RBP**AE - v. 29, n.32, 2013 p. 525-536.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1997.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996.
- FONSECA. M. Projeto político pedagógico e o Plano de Desenvolvimento da Escola: duas concepções antagônicas de gestão escolar. **Cad. CEDES** vol.23 no.61 Campinas Dec. 2003.
- FREITAS, K. S. Uma inter-relação: políticas públicas, gestão democrático-participativa na escola pública e formação da equipe escolar. **Em Aberto**. Brasília, v.17 n 72, 2000 .p. 47-59.
- MACHADO, L. B.; ANICETO, R. de A. Núcleo central e periferia das representações sociais de ciclos de aprendizagem entre professores. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**. Rio de Janeiro - RJ, v.18, n.67, 2010. p.345-363.
- MACHADO. L. B.; FREIRE, S. B. Representações sociais e práticas de sucesso entre alunos nos ciclos de aprendizagem. **Relatório parcial de pesquisa PIBIC-FACEPE**. 2012 (não publicado).
- MARANHÃO, I. M. L; MARQUES, L. R. Os mecanismos de participação social na escola: instrumentos de gestão democrática ou de controle. **Espaço do currículo**. v.7, n.1, 2014 p.125-136.
- MINAYO, M. C. S (org) **Pesquisa social: teoria, prática e criatividade**. 23 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> . Acesso em : 17/12/2014
- MOSCOVICI, S . **A representação social da psicanálise**. Tradução: Alvaro Cabral. Rio de Janeiro. Zahar. 1978.



**I Congresso de Inovação
Pedagógica em Arapiraca** | **VII Seminário
de Estágio**

Perspectivas atuais dos profissionais da educação:
desafios e possibilidades

De 18 a 22 de maio de 2015
Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca

SANTIAGO. E. **O projeto político pedagógico da escola como instrumento de gestão democrática.** In: _____ Políticas e gestão da educação básica. Ed Universitária, 2012.